CIDAC TL 3138
Centro de Documentação

O MUNDO DIPLOMÁTICO – MARÇO 1976

O JOGO DA INDONÉSIA E DOS ESTADOS UNIDOS NA ILHA DE TIMOR

Por ROBERT AARSSE *

(*) Jornalista holandês.

Oficialmente, a Indonésia não interveio directamente na parte portuguesa de Timor senão a 7 de Dezembro de 1975. Depois de ter apoiado durante 5 meses as forças favoráveis a Djacarta, refugiados na parte Indonésia da ilha desde o princípio das hostilidades, em Agosto, decidiu então atacar a República Democrática de Timor, proclamada uma semana antes pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente).

«A guerra no nosso país não é guerra civil. É uma guerra entre o povo do Timor Leste e o exército indonésio», declarara pouco antes a 22 de Novembro, José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros da FRETILIN. *«Há muito»*, prosseguia Horta, *«que nos esforçamos por melhorar as nossas relações com a Indonésia. Estávamos, e continuamos a estar, prontos a iniciar conversações com Djacarta a fim de não prejudicar os «interesses nacionais» da Indonésia e da Austrália. Apesar de todas as afirmações de amizade, de não intervenção, de estreita cooperação com a Indonésia, a única resposta que recebemos foi uma agressão contra o Timor Leste. Cabe aos Indonésios e aos Australianos fazer parar um desastre para o Sudoeste Asiático e para Timor»*.

Na madrugada de domingo, 7 de Dezembro, começa a ofensiva indonésia contra Dili, capital da parte oriental de Timor. Segundo as mensagens da rádio da FRETILIN, *«as forças indonésias executam todas as pessoas que encontram, mulheres e crianças, bem como todos os Chineses. Arrastam os refugiados para fora das igrejas e matam-nos»*. Segundo fontes governamentais australianas, mais de 2500 pára-quedistas indonésios participam nesta operação, apoiados por doze unidades da marinha e por aviões que bombardeiam o terreno com bombas incendiárias. A FRETILIN acusou também os Indonésios de utilizar armas químicas e bacteriológicas.

Logo que cai nas mãos dos Indonésios, a Rádio Dili convida a população a denunciar os membros da FRETILIN, e a perseguir *«os comunistas»*. O teor dos apelos da Rádio Dili é eloquente e manifesta a violência da *«caça às bruxas»* lançada pelos Indonésios: *«Arrancaremos o fígado a Xavier do Amaral* (Presidente da República Democrática) *e eliminaremos todos os soldados comunistas da FRETILIN»*. No passado, a caça aos comunistas levada a cabo pelo exército indonésio provocou perto de um milhão de mortes em Java e em Bali. Timor transformou-se numa semana, *«numa pradaria de fogo e destruição»* (1). No entanto, a agência noticiosa indonésia, Antara, anunciará, em 5 de Janeiro, que apenas um terço do território está sob o controlo das forças de Djacarta. A antiga colónia portuguesa começara tranquilamente a encaminhar-se para a independência a seguir a 25 de Abril de 1974. Mas Portugal está distante e, aparentemente, só deseja uma coisa: desembaraçar-se dessa colónia que pode vir a tornar-se fonte de problemas. Em contrapartida, a Indonésia, os Estados Unidos e a Austrália não querem que seja posto em causa o *statu quo* do Sudeste Asiático (2). A 10 de Agosto a UDT (União Democrática de Timor, essencialmente conservadora) arriscou tudo por tudo, não sem se ter assegurado do apoio indonésio e tenta um «golpe de Estado». Esquecia a força da FRETILIN que rapidamente toma o controlo do território à excepção de uma pequena bolsa ao longo da fronteira indonésia.

Foi em Setembro em 1974 que a Associação Social-Democrática de Timor se transformou em Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN). *«O nosso movimento não é um partido político, é um movimento nacionalista: o nosso primeiros objectivo é o de unir todos os que querem a independência. Agrupamos pessoas cujas opiniões, crenças religiosas e ideias acerca do desenvolvimento económico são diferentes»*, declarou Ramos Horta na Austrália. Esta opinião é confirmada por dois membros do parlamento australiano, Gietzelt e Fry, que visitaram Timor no fim de Setembro e afirmam que a FRETILIN não é dominada por comunistas, como alguns querem fazer crer.

O problema político da FRETILIN é simples: independência, eleições livres e novas estruturas económicas, sociais e políticas, apoiando-se na cooperação aldeã. Desde a sua criação que a FRETILIN enviou militantes para as aldeias. De 1000 no princípio de Setembro de 1974 o número de membros do movimento aumenta para 80 000 num mês. A FRETILIN pretende fazer com que os camponeses tomem consciência de que o nacionalismo é também uma maneira de sacudir um jugo colonial secular. A educação é um dos meios de levar a consciência política da população: a FRETILIN constrói nas aldeias as suas próprias escolas, feitas com os materiais que tem à mão: argila e palha. Homens e mulheres frequentam cursos elementares. Aprendem a lêr e a escrever entre 14 e 17 horas. Os cursos durante a manhã são para os seus filhos. Os livros escolares são escritos na língua mais falada na ilha, o teto. Formam-se cooperativas, constroem-se estradas, desbravam-se terras. A Igreja que é favorável ao regime colonial (um terço da população é católica) mantém-se hostil à FRETILIN.

Um dos erros da UDT é ter subestimado a influência da FRETILIN no exército colonial. Este, no mês de Agosto de 1975, escolheu colocar-se ao lado do movimento nacionalista: 2500 soldados e sargentos cerca de 7500 milicianos e 20 000 reservistas treinados vão assim juntar-se às fileiras da FRETILIN levando consigo as armas deixadas pelos portugueses na sua partida precipitada (cerca de 15 000 espingardas, morteiros, metralhadoras e munições para quatro meses). O exército da FRETILIN não tem postos: há apenas homens e comandantes (3).

A ORDEM E O PETRÓLEO

A FRETILIN controla 95% do território, afirmam no seu relatporio os dois membros do parlamento australiano. *«A nossa viagem à ilha confirma as afirmações dos membros da FRETILIN, eles são efectivamente senhores da situação. Os relatórios da Cruz Vermelha são também formais: em todo o lado as tropas são disciplinadas, os prisioneiros bem tratados, e as tropas beneficiam do apoio da população. Para nós é claro»*, prosseguem os dois deputados australianos, *«que as notícias vindas de Djacarta na ocasião em que nos encontrávamos na ilha não têm fundamento e devem ser considerados como propaganda.»*

O programa económico continua a ser aplicado. Os aldeãos que se tinham concentrado na capital são reenviados para as suas aldeias para ajudar na colheita de Novembro. No fim do Verão e princípio do Outuno a FRETILIN lançara numerosos apelos aos Portugueses para tomarem conta da situação. Nem os edifícios administrativos nem os bancos estão ocupados e a bandeira portuguesa continua a flutuar na ilha. Entretanto o silêncio de Lisboa vai acabar por ter consequências enquanto as declarações de Djacarta se tornam cada vez mais inquietantes.

A 28 de Novembro de 1975, uma nova bandeira, negra e vermelha com uma estrela branca e uma ponta de lança, é içada no palácio do antigo governador português. Francisco Xavier do Amaral torna-se o primeiro presidente da República Democrática de Timor Leste. Antigo seminarista, apela para a solidariedade internacional. A nova constituição garante a liberdade de religião e de expressão, a igualdade de sexos e de etnias e o direito de associação política. Concede sufrágio universal aos 15 anos.

Mas está desencadeada a prova da força. Na parte indonésia de Timor as forças favoráveis a Djacarta, a UDT, no exílio depois do golpe falhado de Agosto, e a APODETI, proclamam imediatamente a sua ligação à Indonésia. Os Indonésios contam entzo principalmente com a degradação da situação. Asseguram-se primeiro da não intervenção da Austrália, que obtiveram em Agosto de 1975. O primeiro-ministro trabalhista, Whitlam, confirmou então que Timor é antes de mais um problema indonésio e que um Estado independente não é viável. Começaram em Roma no princípio de Novembro negociações com Lisboa *«Portugal tem a responsabilidade fundamental de descolonizar Timor português. Como autoridade legítima do território esforça-se por levar o povo de Timor português à autodeterminação»*, lê-se no comunicado final. Numa entrevista, Adam Malik, ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, declara que em Roma tinha proposto ao seu colega português, Melo Antunes, intervir em Timor em nome de Lisboa. Este tinha recusado, argumentando que uma vez as três partes reunidas, poder-se-ía chegar a um cessar-fogo. Na mesma entrevista, Malik precisa que a Indonésia só poderia intervir depois dos portugueses terem declarado renunciar ao seu direito sobre Timor (4).

Por outro lado, Djacarta tem a certeza que a Malásia também não se mexerá, porque Kuala-Lumpar receia a orientação da esquerda da FRETILIN. Tendo dificuldades internas ao longo da fronteira Tai, onde existe uma guerrilha comunista, o nascimento de um república democrática na região criaria enormes problemas aos dirigentes malaios. Os indonésios tinham portanto as mãos livres.

Várias fontes supõem que há uma divergência de pontos de vista entre o presidente Suharto e do seu próximo colaborador, Ali Murtopo. Este seria partidário de uma intervenção directa desde o mês de Agosto. Pelo contrário o presidente teria preferido seguir a sua política habitual: circunscrever o problema e resolvê-lo a pouco e pouco. Embora dê carta branca ao general Murtopo para preparar uma ofensiva e dar apoio mais do que logístico aos «voluntários» que se batem contra a FRETILIN, Suharto aparece de facto

como «moderado», nas negociações.

Djacarta tenta apresentar a imagem de um país democrático (apesar das eleições de 1971 terem sido levadas a cabo sob controlo do exército), próspero (graças a 800 milhões de dólares fornecidos pelo Inter-Governamental Group for Indonesia, do qual a França faz parte) e pacífico. Mas não se deve esquecer que a política de Djacarta se situa no contexto da estratégia geral dos Estados Unidos do Pacífico. Nesta perspectiva cabe às forças indonésias intervir e restaurar a tranquilidade e a ordem na sua região (5).

Outra razão se soma a estas considerações estratégicas: evidentemente, a questão do petróleo. Desde o fim dos anos Sessenta que firmas australianas, inglesas e americanas começaram as suas perfurações «off shore» em zonas próximas de Timor. Segundo a revista *Petroleum Economist* de Março de 1975, as perspectivas são boas tanto para o petróleo como para o gás natural. Tomando-se Timor parte da Indonésia, a poderosa Pertamina indonésia poderia deitar a mão a todas as suas riquezas. Por fim mais fundamentalmente, do ponto de vista interno, a Indonésia não poderia admitir uma república independente mesmo nas suas fronteiras que poderia encorajar os movimentos cetrífugos que existem nas populações não javanesas. Por outro lado, não poderia a FRETILIN ser uma testa de ponte para movimentos comunistas operando noutras ilhas?

«UMA AMEAÇA PARA A PAZ»

Ao intervir em 7 de Dezembro, a Indonésia contava seguramente com uma vitória rápida. Mas todos os testemunhos são unânimes: a resistência existe. Em 1958, a rebelião em Samatra foi derrotada em três meses, mas as despesas com o exército absorveram mais de 60% do produto nacional. Os generais de Djacarta estão dispostos a pagar um preço igual? Para já os 40 000 refugiados timorenses já custam 500 000 dólares por mês.

Quando entre Setembro e Dezembro a FRETILIN geria de facto os assuntos de Timor pediu várias vezes às Nações Unidas que interviessem. Numa carta dirigida ao vice-presidente da FRETILIN, o subsecretário-geral da organização mundial diz que *«o vosso movimento é sem dúvida o único representante legítimo do povo timorense»* Logo após a ofensiva indonésia a FRETILIN conseguiu aliás um grande êxito diplomático na ONU: com efeito, em 12 de Dezembro, a Assembleia Geral adopta uma resolução apresentada pela sua comissão de descolonização *«deplorando a intervenção militar indonésia»* e pedindo *« a retirada das suas tropas para permitir ao povo timorense o livre exercício do seu direito à autodeterminação»*. Por 72 votos a favor e 10 votos contra, com 43 abstenções (nomeadamente a dos Estados Unidos, da França e da maior parte dos países europeus) o Terceiro Mundo reprova solenemente a intervenção indonésia. A 15 de Dezembro, Ramos Horta declararia perante o Conselho de Segurança convocado a pedido de Portugal, que acabava de cortar relações diplomáticas com a Indonésia, que a agressão indonésia de Dezembro fora precedida de infiltrações de tropas ao longo da fronteira comum. No dia 23 o Conselho de Segurança, adopta por unanimidade (15 votos sem abstenções) uma resolução em que pede a Djacarta que retire as suas tropas e confia a Waldheim, secretário-geral da ONU, a missão de *«entrar em contacto com todas as partes no territporio e com todos os Estados interessados»* A posição de Djacarta mantém-se sem alteração: o exército indonésio interveio a pedido das forças timorenses pró-indonésias, com o fim de restabelecer a ordem. Por outro lado, no dia seguinte ao da votação da resolução que condena a Indonésia, Adam Malik declarava não se sentir obrigado pela tomada de posição da Assembleia Geral: *«o governo indonésio não tinha outra possibilidade senão a de permitir a voluntários indonésios que ajudassem os seus irmãos a libertar-se do jugo colonial e da repressão que a FRETILIN exerce sobre o território»*, precisava Malik. Uma vez que são «voluntários», acrescentava ele, o governo indonésio não tem qualquer responsabilidade neste assunto.

O secretário-geral das Nações Unidas escolheu Vittorio Winspeare-Guicciardi, director geral da Repartição de Genebra, para efectuar uma missão em Timor. De Dili, as forças pró-indonésias comunicaram a Waldheim que era inoportuno enviar o seu emissário. Em contrapartida, a Austrália insistia junto de Djacarta para que esta missão se realizasse. Além disso, Camberra pediu que as equipas da Cruz Vermelha pudessem retomar o seu trabalho em Timor. Em sinal de solidariedade com o povo timorense, estivadores australianos recusaram embarcar arame farpado com destino ao Timor indonésio enquanto estudantes faziam uma manifestação diante da embaixada da Indonésia. Uma centena de deputados britânicos pediu ao seu governo que condenasse a invasão e revisse o programa de ajuda à Indonésia se Djacarta não desse seguimento a esse inquérito. Houve acções similares na Alemanha e na Holanda.

A Indonésia acaba de receber substancial auxílio militar dos Estados Unidos. Em Abril de 1975, o presidente Ford concedeu a Djacarta 425 milhões de dólares, soma primitivamente destinada ao regime de Lon Nol. Este ano, o auxílio militar proposto pela Casa Branca ascende a 42,5 milhões. Ford e Kissinger encontravam-se em Djacarta doze horas antes da ofensiva indonésia contra Timor. Segundo o secretário de Estado americano, «uma república popular em Timor é uma ameaça para a paz da região».

Não se poderia ser mais claro: o exército indonésio deve, portanto, cumprir o seu papel de polícia regional. Diz-se que Djacarta enviou as suas melhores tropas e viaturas blindadas: pensa-se na Indonésia que uma derrota poderia provocar distúrbios internos. Mas é preciso lembrar que durante a segunda guerra mundial quatrocentos australianos fizeram a vida cara, em Timor, a mais de 15 000 japoneses.

---

(1) Mensagem pela rádio de 2 de Janeiro de 1976.

(2) Cf. o artigo de Dublet em *Le Monde Diplomatique*, de Outubro de 1973.

(3) Richardon, *The Age*, de 9 de Dezembro de 1975. D. Coggin, *F.E.E.R.*, de 17 de Outubro de 1975.

(4) Entrevista concedido a D. F. Schaling, *NRC Handelsblad*, em 22 de Novembro de 1975

(5) Cf. «Les Alliances américaines en Asia» de Klare, em *Le Monde Diplomatique* de Setembro de 1975.